





TERMO DE CONTRATO PARA: Aquisição de Equipamentos de climatização que irão atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 CONTRATO Nº 044/2025



Contrato para aquisição de Equipamentos de Climatização, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANHOTINHO e a Empresa DANTAS ELETROMÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, como melhor se declaram abaixo:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANHOTINHO, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Praça Clovis Vidal, S/N - Centro - Canhotinho-PE - Telefax CNPJ N° 09.154.486/0001-97, neste ato representado por sua Secretária a Sra. YONÁ PATRÍCIA ALVES DO NASCIMENTO, brasileira, Casada, portador de Cédula de Identidade nº e domiciliado a Rua Eu<mark>gên</mark>io Tavares de Miranda Nº 432 - Centro - Canhotinho - PE, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE.. e do outro a empresa DANTAS ELETROMÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida à Rua Inácio Soares, 471, Bosque do Piranha, São Bento-PB inscrita no CNPJ/MF sob o nº .49.140.067/0001-10. En Telefone: - 6 neste representada pelo Sr. ADSOM FABRIZIO OLIVEIRA DANTAS, residente/domiciliado à la accesso de la latesta de latesta de la latesta de la latesta de la latesta de la latesta de latesta de latesta de la latesta de latesta della de latesta della de latesta de latesta della del 3 , expedido por SENATRAN-PB e CPF/MF N° ajustado, de acordo co<mark>m</mark> o **Processo Licitatório n.º 005/2025 – Pregão Eletrônico nº 005/2025** e, ainda, na proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA, vencedora do Processo Licitatório nº 005/2025, Pregão Eletrônico nº 005/2025, compromete-se a fornecer os Equipamentos de Climatização com destinação para as Unidades de Saúde, à CONTRATANTE, constantes do Termo de Referência, Anexo do Edital, parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

DANTAS Assirado de forma ELETROMOVEIS E digital per DANTAS EQUIPAMENTAVIO EQUIPAMENTOS UTDA-4914006700011 EQUIPAMENTOS 0 TDA-49140067000110







- 2.1. O preço global, ajustado na assinatura deste contrato, para fornecimento de Equipamentos de Climatização com destinação para as Unidades de Saúde, é de R\$ 26.758,80 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), conforme tabela com item e preços em anexo.
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente recebidos de forma definitiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1. O contrato oriundo dessa licitação terá vigência de até 12 (doze) meses ou até 05 (cinco) anos, nos casos de fornecimentos/serviços contínuos, que poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, respeitando a vigência máxima decenal, conforme previsão contida no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21.
- 3.2. Admite-se a prorrogação do instrumento contratual pelo período disposto no artigo 106 e 107, da Lei n° 14.133/21, desde apresentada a declaração de vantajosidade da manutenção da contratação devidamente expedida pelo gestor do contrato.
- 3.3. O contratado deverá realizar os fornecimentos em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas pela contratante, bem como realizará a entrega nos locais estipulados no termo de referência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde:

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANHOTINHO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ANO 2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANHOTINHO

Programa: 1001 – Atenção Básica a Saúde da População

Ação: 1.1005 – Aquisição de veículos, maquinas, móveis e equipamentos para a Atenção Básica

Despesa 108 – 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 202 (INVESTIMENTO) Recursos SUS Bloco de Estruturação da Rede de Serviços

Públicos de Saúde - STN - 1.601.0000

Destinação: 1.601.0000









SUBFUNÇÃO: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

PROGRAMA: 1002 – Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial

AÇÃO: 1.1007 - Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de

média e alta complexidade.

DESPESA: 121 4.4.90.0000 Aplicações Diretas

FONTE DE RECURSO: 202 (INVESTIMENTO) Recursos SUS Bloco de Estruturação de Rede de

Serviços Públicos de Saúde - STN - 1.601.0000

DESTINAÇÃO: 1.601.0000

SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral

PROGRAMA: 1005 – Gestão Administrativa da Saúde e Qualificação da Gestão do SUS

AÇÃO: 1.1003 – Aquis<mark>içã</mark>o de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a saúde e

qualificação da gestão do SUS.

DESPESA: 98 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

FONTE DE RECURSO: 3 - Impostos e Transferências Saúde 15% - STN - 1.500.1002

DESTINAÇÃO: 1.500.1002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 5.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada, acompanhada das certidões de regularidade na forma prevista neste termo de referência, se a contratada apresentar os seguintes documentos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), FGTS e a Situação perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 5.2. O pagamento deverá ser efetuado à Contratada, em até 30 (trinta) dias corridos, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, conforme o caso, acompanhado da apresentação de Nota Fiscal / fatura discriminativa, devidamente atestada pelo servidor competente,
- 5.3. Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição dos produtos entregues, bem como a quantidade, o preco unitário e o preco total de cada um deles, bem como, todas as certidões de regularidade fiscal:
- 5.4. Na nota fiscal/fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante naquele documento;
- 5.5. A Administração Municipal efetuará as retenções tributárias obrigatórias.
- 5.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;









- 5.7. A Contratada é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.
- 5.8. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- 5.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela Contratante entre o prazo referido no item anterior e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira. Assim apurado: I = (TX/100) 365

TX = Índice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo - IPCA

- 5.10. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência:
- 5.11. O recurso financeiro para efeito da realização do pagamento do presente processo licitatório se dará mediante a Resolução nº 001/2025 de 29/01/2025 do Conselho Municipal de Saúde de Canhotinho, o qual dispõe a autorização sobre a utilização do saldo restante de recursos financeiros provenientes de Emendas Parlamentares a serem utilizados nos serviços públicos de saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA

- 6.1. Os Equipamentos de Climatização deverão ser entregues em parcela única no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, conforme quantidade e local solicitado indicado em ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.2. O objeto desta contratação deverá ser entregue, em parcela única, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelo órgão e entidades participantes, de acordo com suas necessidades:
- 6.3. Os Equipamentos de Climatização deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;
- 6.4. A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) Equipamento(s) de Climatização que vier(em)



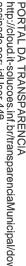




a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) do Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

- 6.5. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor os Equipamentos de Climatização guando:
- 6.5.1. Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração:
- 6.5.2. Os equipamentos de climatização não atenderem as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;
- 6.5.3. Houver na entrega equipamentos de climatização deteriorados ou impróprios para o uso, guando for o caso;
- 6.5.4. Os equipamentos de climatização que não estiverem de acordo com as características gerais solicitadas neste Termo de Referência e no Edital:
- 6.5.5. Os equipamentos de climatização apresentarem temperaturas superiores ao estabelecido nas especificações no ato da entrega, quando for o caso.
- 6.5.6. Os equipamentos de climatização serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no Termo de Referência, e qu<mark>ant</mark>idade, de acordo com a ordem de fornecimento, com consequente aceitação, mediante atestado do setor técnico responsável.
- 6.5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsab<mark>ilid</mark>ade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato:
- 6.5.8. Em caso de recusa do recebimento dos equipamentos de climatização, em qualquer das hipóteses descritas no subitem anterior, o licitante vencedor terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para remoção e substituição do produto, sem qualquer ônus à administração municipal, sob pena de inadimplemento contratual caso se faça necessário para a devida readequação de despesas futuras.
- 6.5.9. Os equipamentos de climatização serão recebidos da seguinte forma: Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.
- a) Provisoriamente: os equipamentos de climatização serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e contrato. O recebimento provisório é o ato pelo qual o material encomendado é entregue no local previamente designado, não implicando, necessariamente, aceitação, mas apenas a transferência da responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor à unidade recebedora, independentemente da descrição contida na nota fiscal, juntamente com a assinatura de quem tenha recebido o material:
- b) Definitivamente: em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório; mediante "ATESTO" na nota fiscal/fatura, após a comparada adequação dos termos da proposta e do contrato, desde que não se









verifiquem defeitos ou imperfeições. O recebimento definitivo é o ato pelo qual o servidor competente declara, no documento fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido o bem que foi adquirido, tornando-se, nesse caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação desse bem, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho, contrato de aquisição ou outros instrumentos.

- 6.6. Todos os itens deverão ser entregues devidamente embalados e acompanhados do certificado de garantia.
- 6.6.1. Será exigida garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme previsão legal do Código de Defesa do Consumidor.
- 6.6.2. Caso o fabricante/fornecedor oferte prazo maior de garantia, será adotado o prazo do referido fabricante/fornecedor.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.2. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- 7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência:
- 7.6. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais:
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vi<mark>ncula</mark>das à execução do contrato, bem como po<mark>r qu</mark>alquer dano causado a terceiros em decorrência de a<mark>to da Co</mark>ntratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos no Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- 8.2. Manter-se, durante toda a vigência e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;







- 8.3. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- 8.4. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- 8.5. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- 8.6. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado:
- 8.7. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo:
- 8.8. Prestar esclarecimentos à Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- 8.9. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- 8.10. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO:
- Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- 8.12. Responsabilizar-se pelo transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- 8.13. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;
- 8.14. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua
- 8.15. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- 8.16. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.
- 8.17. Informar a previsão da data/ dia de chegada dos equipamentos de climatização no destino final (município de Canhotinho/PE) de acordo com a Ordem de Fornecimento.

CLAUSULA NONA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Assinado de forma





- 9.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento e solicitação de informações pelo gestor e fiscal.
- 9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;
- 9.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão designados por meio de Portaria.
- 9.3.1. O servidor nominado para acompanhar a execução e fiscalização do contrato é o Sr. DIEGO LOPES FERRAZ JOTÁ, CPF Nº A 034/2025.
- .9.4. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.

I. Do Fiscal do Contrato:

- a) Responsabilização pela garantia da regularidade e adequação do fornecimento dos materiais;
- b) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constante neste Termo de Referência, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato:
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Termo de Referência.
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando entrega diversa daguela que se encontra especificada neste Termo de Referência e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h) Comunicar formalmente ao gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

II. Do Gestor do Contrato:

a) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;







- b) Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- d) Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido:
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais:
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato:
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- i) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;
- XIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.









XIIII. O PROPONENTE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficarão sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sequintes sanções:

- A) Advertência pela falta do subitem "l" desta contratação direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
 - B) Multa de 10% (dez por cento) ART. 156 §3° da Lei nº 14.133/21 sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/prestador, por qualquer das infrações dos subitens "I ao XII":
 - C) Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
 - D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3. A natureza e a gravidade da infração cometida:
- 10.4. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.5. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.6. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.8. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.10. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.
- 10.11. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 078/2023.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL







- 11.1. Constitui motivo de rescisão do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, desde que cabíveis a presente contratação.
- 11.2. O Contrato será rescindido em caso de contingenciamento de recursos que impeca o empenho.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei,



CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA- DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a subcontratação, salvo nos casos expressa e previamente autorizados pela Contratante.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15 1. Poderá ser prestada, no prazo de 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, em favor da CONTRATANTE, garantia de execução contratual, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ressalvada a modalidade de garantia sob a forma de caução em dinheiro, que deverá ser prestada no momento da assinatura do contrato, nos termos do artigo 98 da Lei nº 14.333/21, em uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal citado.
- 15.2. A CONTRATADA poderá optar, pela garantia nas seguintes opções:
- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro









em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DO FORO

17.1. As partes, ora contratadas, fica eleito o Fórum da Comarca de Canhotinho /PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

17.2. E, por estarem assim contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Canhotinho, 28 de março de 2025.

NASCIMENTO:06549564484 NASCIMENTO:06549564484

YONA PATRICIA ALVES DO Assinado de forma digital por YONA PATRICIA ALVES DO

YONA PATRICIA ALVES DO NASCIMENTO

Município de Canhotinho – Secretária de Saúde CONTRATANTE

> DANTAS ELETROMOVEIS E Assinado de forma digital por **EQUIPAMENTOS** LTDA:49140067000110

DANTAS ELETROMOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA:49140067000110

DANTAS ELETROMOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

CONTRATADO CNPJ Nº 49.140.067/0001-10

ulemar









ANEXO I

TABELA COM ITEM E PREÇOS DETALHADOS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	APRESENTAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	244046	APARELHO CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT NOVO MODELO EM LINHA DE FABRICAÇÃO, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: * APARELHO SPLIT DE 12.000 BTUS * TIPO DE CICLO FRIO * 03 VELOCIDADES DE VENTILAÇÃO OU SUPERIOR * BAIXO NÍVEL DE RUÍDO * ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGÍA * CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTIC * CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL ACOMPANHADO DE PILHAS * FUNÇÃO "TIMER ON/OFF" * FILTRO DE AR REMOVÍVEL E LAVÁVEL * PROTEÇÃO ANTIFERRUGEM * FUNÇÃO DE DESUMIDIFICAÇÃO * TENSÃO DE 220V * GABINETE DO EVAPORADOR CONSTRUÍDO EM PLÁSTICO INJETÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, NA COR BRANCA * MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS COM GARANTIA TÉCNICA FORMALIZADA POR MEIO DE: TERMO DE GARANTIA. MARCA: AGRATTO-12K	UNIDADE	12	2.229,90	26.758,80
VALOR TOTAL DOS ITENS R\$						26.758,80

